

Vandalismo

Jimmie Durham

Nas Américas o genocídio é motivo de celebração.

Claro, ele é negado, justificado, explicado. Mas é ao mesmo tempo celebrado. Celebram-se os bravos matadores que inauguraram a selvageria. Os assassinos – como foram recente e coerentemente denominados pelo povo indígena que pichou o monumento das Bandeiras de Victor Brecheret, no Parque do Ibirapuera, em São Paulo, no outubro deste 2013.

Quando ouvi essa notícia, meu coração, minha mente, meu espírito se elevaram. Em 2010 participei da Bienal de São Paulo e todos os dias tinha de passar por aquilo que, para mim, para nós, era uma horrível monstruosidade. Eu sempre pensava como seria bom se, acidentalmente, um grande trem de carga descarrilasse, chocando-se sobre esse monumento a ponto de destruí-lo. Este é um dentre tantos outros monumentos do mesmo tipo, como se os cidadãos precisassem a todo momento de alguém que os lembrasse de sua história, de sua culpa.

Com este ensaio ofereço minha mais sincera gratidão àqueles que desfiguraram o monumento duro e feio de Brecheret.

Em Nova York há uma estátua de Theodore Roosevelt triunfantemente montado em um cavalo. Atrás dele estão, caminhando humildemente, um homem afro-americano e um índio americano. Eles não estão ali seguindo um líder, eles aparecem como sendo a sua propriedade. E este monumento recebe o público na entrada do Museu de História Natural.

Nos anos 60, alguns índios norte-americanos, amigos meus, jogaram baldes de tinta vermelha nele, e isso mais de uma vez; gesto simbólico que não mudou a atitude dos brancos, mas nos deu coragem.

Poucos anos depois, nos anos 70, me mudei para a cidade de Nova York para trabalhar na ONU, no Conselho Internacional de Tratados Indígenas (IITC). Foi prioritária a organização de uma conferência sobre indígenas das Américas na sede da ONU em Genebra. Era preciso falar com líderes indígenas no Canadá, México, Guatemala, Nicarágua, Panamá, Colômbia, Venezuela, Equador, Chile, Peru, Bolívia, Argentina. Foi impossível contatar alguém no Brasil. Os povos indígenas no Brasil não estavam livres para frequentar conferências internacionais, nem para formar organizações próprias. Agências governamentais, antropólogos e missionários da igreja católica falavam por eles, agiam por eles.

No novo século, os povos indígenas no Brasil ainda não foram reconhecidos como plenamente humanos. Essa situação, que deve ser vista como intolerável, é na melhor das hipóteses justificada como sendo “boa” para os índios, uma vez que os protege do sistema legal. Os que buscam justificativas, desculpando-se, não parecem notar que isso jamais funcionou direito. Os índios são perseguidos, tirados de suas terras, assassinados de maneira regular. Muito mais importante, e jamais encarado (com exceção talvez de um certo orgulho perverso do tipo que

encontramos também entre os texanos), é o subtexto óbvio, aliás, o verdadeiro texto: diz-se que o Brasil não pode proteger os povos indígenas do próprio Brasil.

O Brasil não pode proteger os povos indígenas do Brasil. Como assim? Se os povos indígenas pegassem em armas sofisticadas e passassem a brigar de maneira mais metódica, certamente o Brasil retaliaria vingativamente. Em outras palavras, o Brasil se protegeria dos índios.

Se as Américas fossem a casa dos ex-colonos europeus racionais e normais, como fingem ser, essa situação calamitosa poderia ser interrompida por alguma espécie de Conselho das nações americanas. Mas, mesmo com as melhorias surpreendentes em alguns países sul-americanos, tal organização não agiria em nome dos direitos dos povos indígenas. No século XXI ainda vivemos em países irracionais, triunfalistas e primitivos que são os urubus do genocídio.

Imaginemos um grupo de brasileiros presunçosos reunidos para beber a sua cervejinha: um deles nos diz, “Você não pode chamar isso de genocídio porque o genocídio como crime é um ato deliberado. O que acontece no Brasil é apenas um desleixo grosseiro. Alguém jamais se organizou para cometer genocídio contra os povos indígenas”. Aposto, por outro lado, que ele falaria no pretérito. Ele falaria que o que aconteceu aconteceu. Muito triste isso tudo, mas agora temos de continuar seguindo.

Há muito, muito tempo venho dizendo às pessoas que nós não estamos no passado, nossos problemas com os países americanos nos quais nos encontramos não pertencem ao passado. O genocídio dos povos indígenas das Américas não está no passado.

A ONU produziu uma convenção contra o genocídio depois da Segunda Guerra Mundial. Essa convenção é explícita e detalhada. As convenções da ONU, como esta, precisam ser ratificadas pelas países membros. Naquele momento, os EUA não ratificaram a Convenção da ONU contra o genocídio.

Em 77 foi produzido um documento para ser apresentado à ONU, que reunia evidências e fatos sólidos acerca do genocídio em curso nos EUA contra os povos indígenas. Não foi exagero nosso, tampouco imprecisão.

Aposto que se os povos indígenas trouxessem o caso do genocídio em curso no Brasil à ONU muitos brasileiros se sentiriam insultados. Muitos se sentiriam traídos.

Nas Américas há dois países gigantes que produziram o maior número de narrativas nacionais sobre suas “origens”: os EUA e o Brasil. Os mitos dos bandeirantes, pioneiros, caubóis, oferecem a engrenagem que dá movimento às suas culturas. Por essa razão, qualquer questionamento dirigido a algum aspecto desses mitos tem como reação uma raiva infantil. No entanto, as histórias dos pioneiros e bandeirantes são destrutivamente equivocadas.

Os bandeirantes escravizavam, estupravam, matavam índios, roubavam a terra e faziam monstruosidades com sua prole. Se eles o faziam com uma alegre cordialidade, tanto pior. Tanto mais horrível. Se eles, no seu tempo, se sentiam inocentes – muito mais horrível ainda. Mas os seus admiradores de hoje não são

inocentes. A burrice jamais é inocente.

Os bandeirantes não são os fundadores de São Paulo nem do Brasil. Eles são os fundadores de uma situação péssima com a qual os negros brasileiros tiveram de lidar. E depois os europeus pobres, como os ucranianos e os poloneses, tiveram de lidar com ela. E com certeza os povos indígenas têm de lidar com essa situação, vivendo como pobres em um país que celebra seu genocídio.

O prefeito de São Paulo deveria dar um prêmio – e também mais sprays – ao artista que fez a intervenção no monumento sem graça de Victor Brecheret.

Jimmie Durham, Sila, Calábria
11 de outubro de 2013

Durham participou do Movimento dos Índios Americanos nos EUA durante a década de 70 e o início da década de 80. Foi diretor do Conselho dos Tratados Indígenas Internacionais (IITC) com sede na ONU da cidade de Nova York. Foi o organizador da Conferência sobre os Índios das Américas em 1977.

Desde o início dos anos 80, tem trabalhado com artista, tendo vivido no México e em vários países europeus com sua companheira, a artista Maria Thereza Alves.

Durham e Alves estiveram na Bienal de São Paulo de 2010 e passaram cinco meses no Brasil naquele ano. Durham já tinha vindo ao Brasil para falar no Fórum Social Mundial em Porto Alegre.